

CHAUÍ, Marilena. *Brasil. Mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo, Editora Perseu Abramo, 2000.

## CONTRA QUEM COMEMORAMOS?

*Odair da Cruz Paiva\**

\*Bacharel em História (PUC-SP), Mestre em Sociologia (UNICAMP), Doutor em História Social (USP), Professor de História do Brasil do Centro Universitário Nove de Julho.

Com a edição do livro *Brasil. Mito fundador e sociedade autoritária*, Marilena Chauí prova, mais uma vez, por que é considerada uma das mais importantes intelectuais que o Brasil possui na atualidade. Esta obra, editada recentemente pela editora Fundação Perseu Abramo, não vem apenas somar-se a muitas outras lançadas pelo mercado editorial na esteira das *Comemorações dos 500 Anos*. Ao contrário – e como era de se esperar de Marilena Chauí – vem recolocar a importância do pensamento crítico-radical para a compreensão de alguns dos atuais impasses presentes na sociedade brasileira.

Os conflitos ocorridos no último 21 de abril em Porto Seguro, que envolveram, de um lado, os agentes de repressão do Estado e, de outro, a ação de grupos ligados ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e também grupos indígenas, expuseram, sob uma forma contemporânea, as con-

dições presentes em nossa sociedade desde a implantação da colonização portuguesa há quinhentos anos.

Nas declarações do Presidente Fernando Henrique Cardoso sobre este episódio, ficaram visíveis as tentativas de descaracterizar as reivindicações dos manifestantes, associando-as à ignorância daqueles, tanto no entendimento sobre os rumos da política econômica quanto na não compreensão dos passos seguros e firmes que seu governo tem dado para a construção de uma sociedade democrática e sem desigualdades sociais.

As *Comemorações dos 500 Anos* foram marcadas por discursos e ações que, num olhar desatento, surgiram como elementos desconexos. É justamente esta questão que Marilena Chauí procura analisar nesta obra. As representações sobre um povo ordeiro, sem preconceitos e portador de um destino grandioso convivem com a indignação pelo massacre da Candelária e do Ca-

randir e pela corrupção dos políticos, ou com a negação do direito à infância a milhares de crianças que vivem nas ruas. Há uma crença que incorpora estas representações fazendo com que elas não se contradigam, mas se somem e ainda produzam a imagem de uma sociedade positiva e portadora de uma unidade fraterna. Os fundamentos dessa crença estão no *Mito Fundador*.

Sagração da natureza, sagração da história e sagração do governante. Esses foram os pilares sobre os quais foi construído o nosso *Mito Fundador*. A partir desta tríade, constituiu-se um repertório de representações sobre a realidade social brasileira que, de tempos em tempos, foi reatualizado a ponto de se manter vivo quinhentos anos depois. Na sagração da natureza estão presentes o elogio da terra, suas belezas e riquezas naturais. Deles emergem nossas qualidades de nação não sujeita às catástrofes naturais (terremotos, furacões...) e portadora de clima ameno e de uma exuberante natureza.

Na sagração da história, temos o encontro do tempo terreno e do tempo divino; a busca do paraíso terrestre encontra seu fim na *descoberta*, pelos portugueses, da *terra brasilis*. Nela, a inocência de seu povo (os índios) e sua relação com a natureza garantiam uma sobrevivência feliz e harmônica. Chauí

nos recorda que a serpente também vivia no paraíso. Deus e o Diabo convivem, portanto, na Terra do Sol. Na sagração do governante, encontramos o elogio do Estado. Esse institui a nação sobre uma base que se assenta na ação criadora de Deus e da Natureza, e sob a égide de um poder uno, único, indivisível e inquestionável.

Criado a partir de nossa colonização, num contexto marcado pelo mercantilismo, o *Mito Fundador* teve no *verde-amarelismo* sua primeira expressão marcante. A colônia, essencialmente agrária e voltada para o mercado externo metropolitano, encontrou no *verde-amarelismo* o caminho de expressão da ideologia das elites coloniais, expressão essa que se manteve durante todo o Império e a República Velha. Desatualizado nos anos 1920, o *verde-amarelismo* não sucumbiu, mas passou a dividir espaço com uma nova personagem, o *povo brasileiro*. A partir do populismo varguista, segundo Chauí, o “*verde-amarelismo assegura que aqui não há lugar para a luta de classes e sim para a cooperação e a colaboração entre o capital e o trabalho, sob a direção do Estado*”. (p.37)

Na ditadura militar, a partir dos anos 1960, surge outra personagem, o *Brasil Grande, o Brasil Potência 2000*, que marca nosso destino manifesto, embora, desde os anos 1920 até os dias

atuais, tenham surgido muitos movimentos que procuraram questionar estas atualizações do *Mito Fundador* e o atraso que ele contém – modernismo na década de 1920, o nacional-desenvolvimentismo nos anos 1950, os CPCs nos anos 1950 e 1960, a nova MPB nos anos 1980...

O Mito Fundador (que explica atemporalmente a nação) passou a ser um *Semióforo* que, apropriado pelo poder político, transformou-se num instrumento ideológico do Estado. Nesta perspectiva, o Estado, ao instituir a nação, pode arrogar-se o monopólio do patrimônio histórico e geográfico da nação, ao passo que o seu entendimento sobre esses elementos passa a ser verdade absoluta.

Com o poder de naturalizar as desigualdades e conflitos que permeiam nossa sociedade, o *Mito Fundador* esvazia as origens históricas desses, ao mesmo tempo em que desqualifica a ação do povo como sujeito da constituição do país, colocando-o como obra do Estado, a partir da ação criadora de Deus e da Natureza. Para Marilena Chauí, esconde-se por trás do *Mito Fundador* e das suas constantes reatualizações a realidade de uma sociedade autoritária que, historicamente, não se pensa como tal.

A questão proposta pela autora no final de sua obra é instigante. O que temos a comemorar, passados quinhentos anos? Sua questão nos faz lembrar que toda comemoração é contra alguém.